

---

## Work and Income: The challenge of implementing Universal Basic Income in Brazil

### Trabalho e Renda: O desafio de implantação da Renda Básica Universal no Brasil

Received: 2023-06-08 | Accepted: 2023-07-12 | Published: 2023-07-17

---

#### Lázaro Velasco Borges

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6749-0946>

Universidade de Araraquara-UNIARA, Brasil

E-mail: [lazarovborges@yahoo.com.br](mailto:lazarovborges@yahoo.com.br)

#### Zildo Gallo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4953-9843>

Universidade de Araraquara-UNIARA, Brasil

E-mail: [zildogallo@gmail.com](mailto:zildogallo@gmail.com)

#### Helena Carvalho de Lorenzo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7744-0157>

Universidade de Araraquara-UNIARA, Brasil

E-mail: [helenadelorenzo@gmail.com](mailto:helenadelorenzo@gmail.com)

---

#### ABSTRACT

The new configuration of global economic actors and the dampening of productive activity as a result of the COVID-19 pandemic has brought ideals like Universal Basic Income (UBI) to the forefront in the search for alternatives to national development. However, UBI faces resistance as it is associated with discouraging labor activity, which would affect the proper functioning of the economy. The objective of this research was to analyze the condition of work and income in Brazil based on data obtained from the Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Divulgação Trimestral (PNADC/T), for the period 2012-2022, with the intention of delineating its current scenario and assessing whether UBI would bring about the negative impacts associated with it in the economy. The results demonstrate that the supply of work and income does not respond to job and income generation programs and tends towards precariousness and informality in the world of work, along with restricted access to income, which does not constitute an impediment to the adoption of UBI.

**Keywords:** Work; Income; Universal Basic Income; Public Policy

---

#### RESUMO

A nova configuração dos atores econômicos mundiais e o arrefecimento da atividade produtiva como efeito da pandemia de COVID-19, ideais como a Renda Básica Universal (RBU) ganham destaque na busca por alternativas ao desenvolvimento das nações. Contudo, a RBU encontra resistência por ser associada ao desestímulo à atividade laborativa, fato que afetaria o bom funcionamento da economia. O objetivo desta pesquisa foi analisar a condição do trabalho e renda no Brasil a partir de dados obtidos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Divulgação Trimestral (PNADC/T), no período 2012-2022 com o intuito de delimitar seu atual cenário e, se a RBU traria os impactos negativos na economia a ela relacionados. Os resultados demonstram que a oferta de trabalho e renda não responde aos

programas de geração de emprego e renda e tende à precariedade e informalidade do mundo do trabalho e restrição do acesso à renda, o que não configura como um impedimento à adoção da RBU.

**Palavras-chave:** Trabalho; Renda; Renda Básica Universal; Política Pública.

---

## INTRODUÇÃO

A relação entre o trabalho e a renda perpassa pela história desde a Antiguidade até os dias atuais, principalmente sob a ótica das transformações que a força de trabalho foi submetida ao longo da evolução dos sistemas econômicos com a introdução da ciência e tecnologia nos meios de produção.

Durante a Grécia Antiga, a forma de trabalho predominante era a escravidão. O grego livre rejeitava o trabalho dependente e qualquer outra forma de atividade extenuante, mesmo que fosse de cunho executivo. As atividades fundamentais eram relegadas aos metecos - estrangeiro livre, que possuía permissão para residir na antiga Atenas, com poucas limitações políticas e o direito de usufruir do ensino e dos espetáculos -, mulheres e, majoritariamente, aos escravos (MASI, 1999).

Neste momento da história, não podemos associar a correlação entre ciência e tecnologia se manifestando dentro do tecido social uma vez que a cultura grega havia se contemplado com os avanços ora adquiridos pelo pensamento filosófico à época que dissociou estes polos num ideal que perdurou até o século XVI em conjunto com a ampla disponibilidade de escravos para realizar os trabalhos cansativos (MASI, 1999).

Durante o Império Romano, a administração da vastidão de terras expandiu e consolidou o modelo escravocrata como herança do pensamento grego em rejeitar o cansaço do trabalho. A produção de escravos se fundamentou em dez causas possíveis: vitórias em conflitos, onde uma parte da população derrotada era submetida ao vencedor; a pirataria; as guerras contra os bárbaros; a compra nos mercados internacionais; a autoreprodução da massa de escravos; a exploração dos recém-nascidos; a venda de si mesmo, em caso de extrema pobreza; a venda dos filhos pelo chefe de família e; o castigo ao devedor inadimplente (MASI, 1999).

Na transição do Baixo Império à Idade Média, a escravidão passou por uma redução significativa devido ao alto volume de prisioneiros adquiridos durante as grandes guerras. Contudo, este sistema entra num declínio gradativo, sendo substituído pela relação de servidão que estruturou todo período posterior (MASI, 1999).

A principal razão para tal mudança ocorreu por conta dos altos custos desta estrutura de poder. Partindo do ponto em que a escravidão impõe uma condição degradante ao dominado, a

tendência natural era a tensão constante de conflitos e revoltas dos escravos assim como o controle repressivo dos patrões. Com o enfraquecimento da autoridade central, os custos de vigiar e manter escravos se tornou inviável. A saída encontrada foi libertar os escravos e transformá-los em servos da gleba, sob a obrigação de prover seu próprio sustento e ao pagamento de impostos (MASI, 1999).

Além disso, o escravo representava um bem ao proprietário, que por conta do seu uso, padecia por desgaste, significando perdas em seu investimento. Ao romper esse vínculo direto e ligar o trabalhador ao meio de produção, a terra, o arrendatário ganhou mais versatilidade, pois poderia substituí-lo sem maiores prejuízos. Outra vantagem está relacionada ao aspecto psicológico do trabalho. Sob a sombra da violência e da repressão, o trabalho do escravo era desmotivado e pouco produtivo. Com o final do modelo escravocrata, a relação entre arrendatário e trabalhador se tornou mais “humanizada” garantindo mais segurança e produtividade (MASI, 1999).

Estas características do mundo medieval foram fundamentais à evolução do trabalho, pois se configurou neste momento um esboço do seria o modelo capitalista baseado na oferta da mão de obra livre, à disposição dos meios de produção caracterizados pelo arrendamento de terras, como mecanismo de obtenção da subsistência por parte do trabalhador.

Somente a partir do século X, a ciência passou a ser incorporada na produção como, por exemplo, o moinho d’água e demais invenções de sua época e períodos anteriores. Essa mudança também possui um viés cultural relevante: com a ascensão do cristianismo o trabalho passa ser elemento crucial do sistema medieval e o ócio assume uma conotação negativa, pecaminosa e repudiável (MASI, 2001).

Da aproximação entre ciência e produção, nas últimas décadas no século XIII, com o crescimento demográfico e a subocupação da agricultura, a expansão dos mercados e a possibilidade de investimentos na exploração do trabalho rural, criaram condições favoráveis à indústria, principalmente na Inglaterra, algumas regiões dos Países Baixos e na Alemanha (MASI, 1999).

A partir das ideias de Bacon e Descartes, a busca pelo bem-estar material passa a ser necessária; sendo este diretamente ligado aos avanços científicos e tecnológicos aliados à programação econômica com menor interferência física do homem; onde o trabalho humano não intelectual não possui causas sobrenaturais ou casuísticas, mas apenas um período de transição a ser superado pela tecnologia (MASI, 2001).

A grande indústria moderna surge na Inglaterra movida pela difusão do Iluminismo, pelo desenvolvimento tecnológico e científico, pela acumulação de capitais permitida pelo colonialismo. Esse modelo se baseou na necessidade de substituir a forma arcaica de trabalho protoindustrial por um sistema moderno que produzisse mais com menos recursos, dada à escassez de mão de obra, e o cumprimento dos prazos de entrega da manufatura (MASI, 1999).

Para De Masi (2001), no século XVII, com a superioridade das trocas comerciais com o Novo Mundo e as colônias, a atenção dos economistas da propriedade territorial e agrária foi deslocada para o mercantilismo, para balança de pagamento. Durante o século XVIII ocorre a incorporação de outros elementos econômicos como o capital fixo, capital variável, o trabalho assalariado, a circulação da riqueza. Formam-se as bases da moderna economia política centrada nos aspectos macro e microeconômicos que regem as relações entre os diversos aspectos da sociedade.

Com o advento da sociedade industrial, durante o século XIX, com os avanços nas relações econômicas e de produção, podemos delinear quatro posições sobre o universo do trabalho até então conhecidas: a posição cristã onde o trabalho é um castigo divino e meio necessário para alcançar a salvação da alma; a posição liberal que define o trabalho como mercadoria submetida às regras do mercado; a posição socialista que trata o trabalho como essência do homem, necessário à evolução, não podendo ser tratado como mercadoria e; a posição do socialismo filantrópico, onde o trabalho pode ser humanizado até que se torne uma fonte de satisfação aos indivíduos (MASI, 2001).

O pensamento taylorista-fordista e a organização científica do trabalho introduzem a quinta posição: todo trabalho físico e grande parte do trabalho intelectual deve ser racionalizado, sendo progressivamente reduzido em quantidade e acrescido de produtividade, podendo ser automatizado e organizado até desaparecer como “problema” (GORZ, 1982) (MASI, 2001). A linha de montagem é a representação da otimização ideal onde o trabalho se fragmenta, perde qualidade e ganha aumentos consideráveis de produtividade ao custo de reduzir o indivíduo a uma engrenagem fria da produção.

O capitalismo deu nascimento a uma classe operária instrumentalizada e funcional à sua racionalidade. O proletariado, em sua forma final, trabalha exclusivamente para a sociedade como fornecedor de trabalho abstrato e, conseqüentemente, consumidor de bens e serviços de mercado. Estabelece assim uma relação mercantil sobre o padrão de vida onde tudo o que se produz deve ser consumido num círculo alienante sob a ótica da renda (GORZ, 1982).

O trabalho em si não é uma expressão de liberdade ao assalariado e patrão sendo tão somente um meio para ganhar dinheiro e não uma atividade como fim em si mesmo. Trabalhar por um salário é, em último caso, trabalhar para poder comprar um padrão social no conjunto do tempo que se lhe forneceu (GORZ, 1982).

Neste ponto é crucial ressaltar que o sistema capitalista emergente estabelece um dos seus pilares conflitantes que vão ecoar por toda a história e se faz presente até os dias atuais. A modernização da produção estabelece uma relação desequilibrada entre a crescente quantidade de produtos lançados ao mercado com a decrescente quantidade de trabalho humano que emprega para produzir o impulso constante de mudança nos padrões de qualidade de vida (MASI, 1999). Em outras palavras, o processo de avanço tecnológico da produção é excludente

e, uma vez que a renda se associou ao trabalho, um número crescente de trabalhadores foi abdicado dos meios necessários para garantir sua subsistência numa sociedade que redefine padrões de vida em ritmo acelerado.

Para Gorz (1982), vivemos na sociedade do desemprego onde temos uma massa crescente de desempregados permanentes vive em conjunto com uma aristocracia de trabalhadores protegidos (geralmente ligados ao desenvolvimento de alta tecnologia) e entre estes polos, um proletariado de trabalhadores precários que se submetem às tarefas menos qualificadas e mais degradantes.

Esta relação faz parte do fundamento de legitimidade do poder numa sociedade capitalista onde a regra de ouro, segundo uma perspectiva liberal, nos leva a crer na meritocracia com mecanismo que permite aos mais aptos à mobilidade social nas posições dominantes. Contudo, o poder é uma apropriação de uma posição privilegiada e sua detenção leva a impedir que outros tenham acesso ao mesmo *status quo* (GORZ, 1982).

Uma minoria é recompensada com salário e prestígio à altura da perspectiva que a opinião pública lhe atribui como relevante, mantendo ainda a postura de provedor de família daqueles que não trabalham. Contudo, apenas uma parte mínima dos trabalhos é de natureza criativa e mobiliza todos os conhecimentos possuídos naqueles que o executam. A grande massa de trabalhadores consiste em tarefas banais, repetitivas, tediosas, executivas, que requerem conhecimentos inferiores aos que o trabalhador possui e gostaria de valorizar (MASI, 2001).

Jeremy Rifkin (2004), no seu livro *Fim dos Empregos*, afirma que em menos de um século, o trabalho “em massa” no setor do mercado tende a ser eliminado em praticamente todas as nações industrializadas do mundo. Mesmo os países em desenvolvimento estão enfrentando o desemprego relacionado à tecnologia à medida que empresas multinacionais implementam a produção de alta eficiência em custos e logística ao passo em que provocam a dispensa de milhões de trabalhadores de baixa remuneração. Na economia americana, por exemplo, embora sejam criados empregos, suas características são a baixa renumeração e a alocação temporária.

O cenário que se desenha é de um número crescente de empresas se desfazendo de suas hierarquias organizacionais e eliminando cada vez mais a gerência média com a compressão de várias funções em um processo único. Elas também estão usando a informática para desempenhar as funções de coordenação anteriormente executadas por equipes descentralizadas na empresa (RIFKIN, 2004).

Segundo De Masi (1999), quando o problema deixou de ser o de produção para ser o da distribuição de riqueza como do trabalho necessário para produzi-la, as elites econômicas passaram a tratar o assunto como se a solução fosse tornar a produção mais rápida. Logicamente, isso levou ao aumento do desemprego, que se transforma num mecanismo para manter os trabalhadores disciplinados, eficientes e competitivos.

Esse corolário se fundamenta na premissa de que os trabalhadores sejam deslocados pelas novas tecnologias, o desemprego seria solucionado como consequência da inovação já que o aumento do número de desempregados força a redução no nível dos salários, o que incita os empregadores a contratar em vez de investir em tecnologia e, assim, amenizando o impacto sobre o emprego (RIFKIN, 2004). O argumento não se sustenta já que o ciclo de substituição tecnológica encolhe a massa de salários, estimula a competição e a doutrinação dos empregados e, principalmente, concentra a renda nas classes mais altas e estanca a circulação nos demais setores da sociedade.

De Masi (1999) explica que, ao longo do tempo, o excedente de mão de obra na agricultura foi descarregado na indústria; a mão de obra excedente da indústria foi transferida para os serviços; e excedente de mão de obra no setor terciário foi dirigido para os trabalhos não especializados. Como este ciclo foi dado por completo, a única alternativa possível é um conflito progressivo entre os desempregados, sempre mais numerosos, e os ocupados provocando assim um redesenho do sistema social.

O empresariado fracassou em compreender que a adoção de tecnologias economizadoras de mão de obra que motivou seu sucesso é a raiz da crise econômica, pois sustentou a produtividade à custa de números crescentes de desempregados e subempregados de poder aquisitivo que não acompanha os padrões modernos de consumo (RIFKIN, 2004). Portanto, se torna insustentável a contradição entre a finalidade do trabalho, como meio de produção, e a condição do trabalhador, mantido na esfera de necessidades crescentes e incessantes a serem suportadas com uma renda, na maioria dos casos, incompatível com sua subsistência (GORZ, 1982).

A ideia de dissociar o “direito ao trabalho” do “direito à renda” já era discutida nos primórdios da segunda revolução industrial, onde o taylorismo incorpora uma dinâmica produtiva de otimizar recursos e diminuir a aplicação da mão de obra na produção com a introdução de novas tecnologias. Já era sabido que esta forma de organização produtiva exigiria mecanismos de distribuição novos e independentes do mercado, uma vez que era necessário garantir que os produtos fabricados com quantidades mínimas de trabalho pudessem ser adquiridos mesmo por aqueles que não recebiam renda por meio da venda de um trabalho (GORZ, 1982).

Para Gorz (1982), a reconciliação dos indivíduos com o mundo do trabalho passa essencialmente pelo entendimento que o labor não é o elemento essencial da vida sendo apenas uma das suas facetas. A liberdade dos indivíduos e da sociedade, assim como a relação entre renda/trabalho, passa pela preponderância de atividades autônomas e criativas sobre as heterônomas.

Para Rifkin (2004), a distribuição justa e igualitária dos ganhos de produtividade advindo da alta tecnologia exigiria a redução da semana de trabalho em todo mundo e um

esforço concentrado dos governos nacionais para fomentar o desenvolvimento de outros mercados fora do trabalho formal, como a economia social, num esforço de se opor a dinâmica do aumento incessante dos lucros da empresa em prol dos acionistas e do grupo seletivo de profissionais que concentram os altos salários.

Para De Masi (2001), enquanto a sociedade industrial simplificava a dinâmica social na polarização entre burguesia e proletariado, a sociedade pós-industrial dilui esses blocos e os redefine com base na tecnologia, na organização do trabalho, no mercado, em aspectos sociais, religiosos, territoriais, educacionais e assim por diante.

A sociedade pós-industrial é marcada pela tecnologia eletrônica; pelo predomínio do trabalho intelectual criativo; pela relação entre complexidade e descontinuidade; pela ascensão de necessidades “fracas” em detrimento das “fortes”, principalmente as de cunho subjetivo; sendo que seu foco recaiu sobre a produção de bens imateriais (serviços, informação, símbolos, estética, valores); formatando aspectos culturais próprios e distintos, onde o tempo livre prevalece sobre o tempo de trabalho e a qualidade de vida sobre o consumismo (MASI, 2001).

Neste sentido, De Masi (2001) considera que a sociedade pós-industrial já dispõe de todos os suportes tecnológicos para empreender um modelo que concilie alta produtividade com a dessincronização de modo a reprojeter o trabalho de forma a conservar as vantagens da produtividade industrial e recuperar as relações sociais que envolvem o trabalho mais gratificante.

Uma das alternativas idealizadas na busca da ressignificação da renda e do trabalho na atualidade foi a implantação de uma Renda Básica Universal (RBU) que seria uma renda concedida a todos os cidadãos que possui o condão de garantir os recursos necessários para garantir a subsistência da população.

Contudo, um dos argumentos contrários à adoção de uma política pública nestes moldes reside sobre os impactos negativos que o acesso à renda causaria no mundo do trabalho e, conseqüentemente, no desempenho global da economia. Esse é o ponto crucial para entendermos a RBU à luz do mundo do trabalho. A exigência de “trabalhar menos” não tem por sentido e objetivo a procrastinação e libertinagem, mas garantir autonomia e liberdade para desfrutar daquilo que o dinheiro não pode comprar e mesmo de uma parte das coisas que ele atualmente compra (GORZ, 1982).

Todas as ilações ora apontadas pela literatura já oferecem condições mínimas para questionar a relação entre trabalho e renda dentro do sistema capitalista. Contudo, teoria sem um olhar sobre o concreto não clarifica as dúvidas que ainda assombram as discussões sobre a RBU.

Diante do exposto, o objetivo desta pesquisa foi analisar o cenário do trabalho e renda no Brasil com o intuito de clarificar como estas relações se desdobraram nos últimos anos e, se o quadro atual sofreria impactos negativos com a adoção da RBU como política pública.

## METODOLOGIA

A metodologia aplicada foi a formação de séries históricas a partir dos dados estatísticos apresentados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Divulgação Trimestral (PNADC/T), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no período selecionado do 1º trimestre de 2012 até o 3º trimestre de 2022.

Consideramos ainda nesta análise, a Lei Federal nº 13.467, de 13 de julho de 2017, que alterou dispositivos da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), introduzindo a flexibilização nos acordos coletivos, jornada de trabalho, ampliação das modalidades de contrato de trabalho, entre outras mudanças, como instrumentos ora defendidos como alternativa para geração de empregos e renda bem como ajuste das contas públicas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por critério, o IBGE define a condição da força de trabalho e condição de ocupação em quatro situações:

### 1 - Em relação à condição de ocupação:

A. Ocupadas: Pessoas que trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios, ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro da família ou parente que reside em outro domicílio, ou ainda, as que tinham trabalho remunerado, mas estavam temporariamente afastadas na semana referência. Ainda são consideradas como ocupadas os temporariamente afastados de trabalho remunerado as pessoas que não trabalharam uma hora completa por motivo de férias, folga, jornada variável, ou licença remunerada e, os casos em que o período transcorrido do afastamento fosse inferior a quatro meses, contados até o último dia da semana de referência;

B. Desocupadas: Pessoas sem trabalho em ocupação na semana de referência que tomaram alguma providência efetiva para obtê-lo dentro do período de 30 dias, e capazes de assumi-lo na semana de referência. Consideram-se assim também as pessoas sem trabalho em ocupação na semana de referência que não tomaram

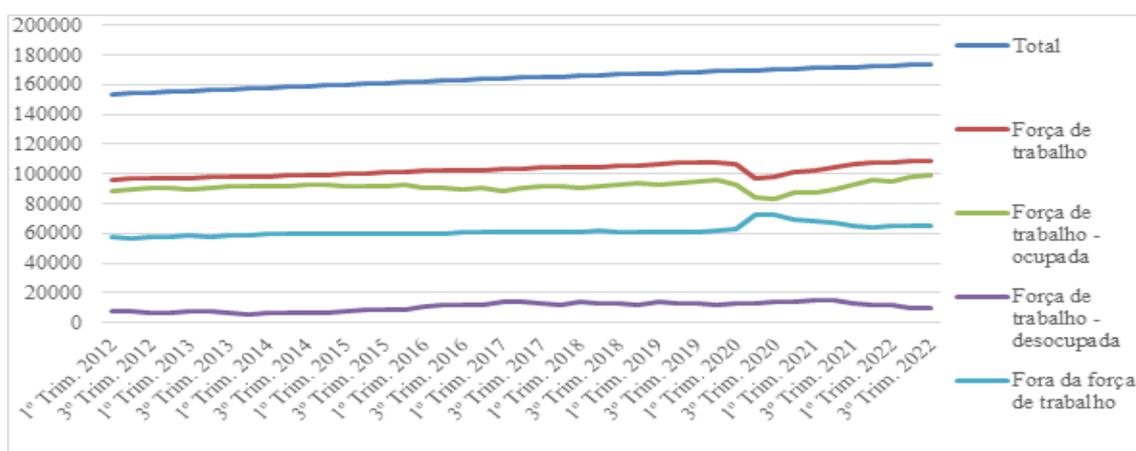
providências no período de 30 dias porque já haviam conseguido e o início das atividades iniciaria em menos de quatro meses após o último dia da semana de referência.

## 2 - Em relação à força de trabalho:

A. Dentro da força de trabalho: pessoas ocupadas e desocupadas dentro da semana de referência;

B. Fora da força de trabalho: pessoas não ocupadas e não desocupadas dentro da semana de referência;

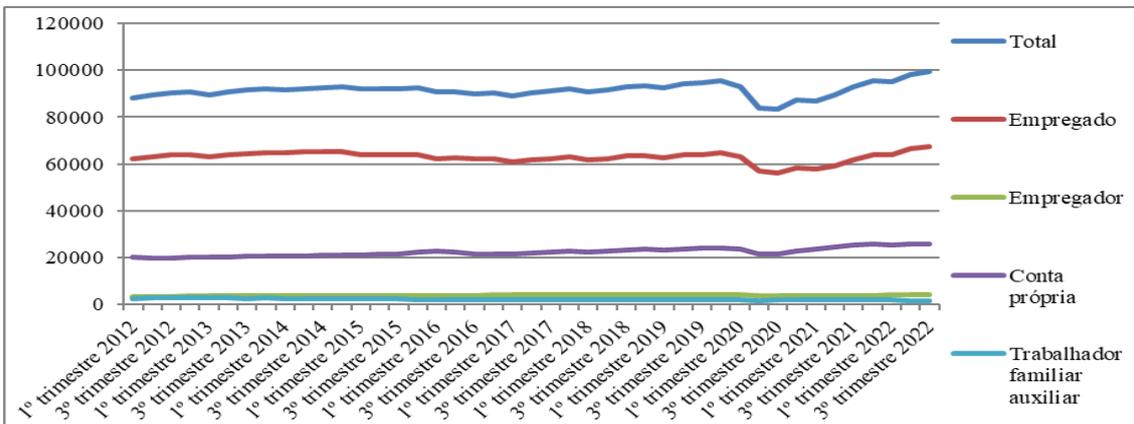
**Figura 1** - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por condição em relação à força de trabalho e condição de ocupação no período 2012-2022



Fonte: BORGES; GALLO; DE LORENZO (2022)

A Figura 1 demonstra o número de pessoas de 14 anos ou mais, na semana de referência, por condição em relação à força de trabalho e condição de ocupação. É possível notar que a força de trabalho ocupada se mantém estável até o primeiro trimestre de 2020 onde a pandemia de COVID-19 alterou drasticamente o regular funcionamento das atividades econômicas por conta das medidas sanitárias que se sucederam pelo país, acarretando o aumento do número de pessoas fora da força de trabalho, aliás, único momento em que houve mudança nos resultados apresentados no decurso do período analisado. Cabe considerar que o número de pessoas fora da força de trabalho é muito superior ao número de pessoas desocupadas em comparação ao número de pessoas ocupadas.

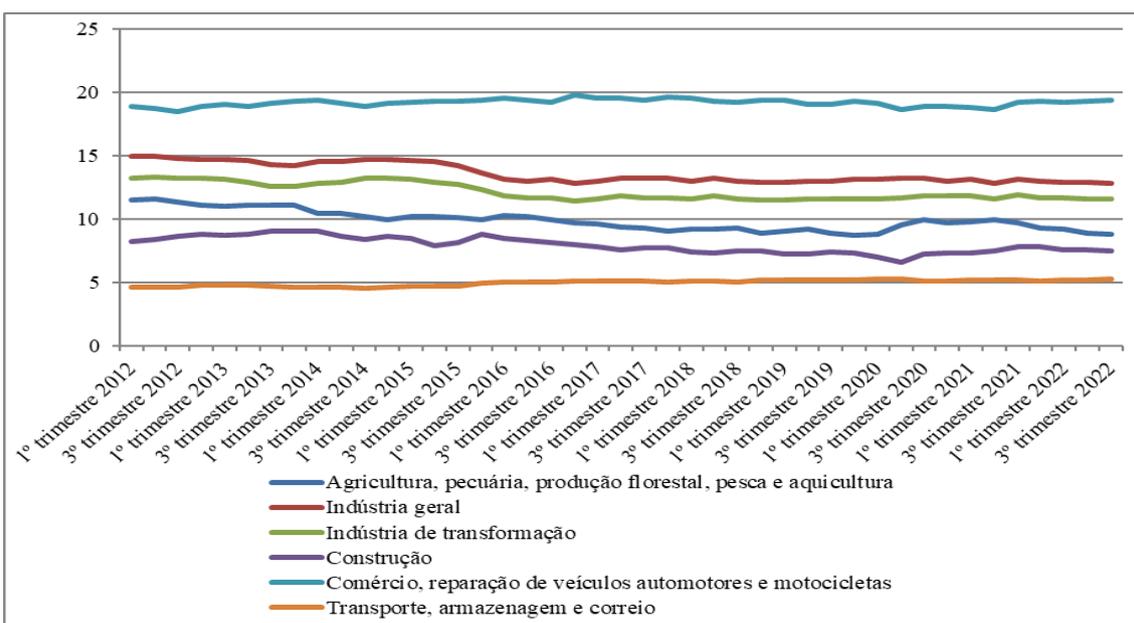
**Figura 2** - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal no período 2012-2022



Fonte: BORGES; GALLO; DE LORENZO (2022)

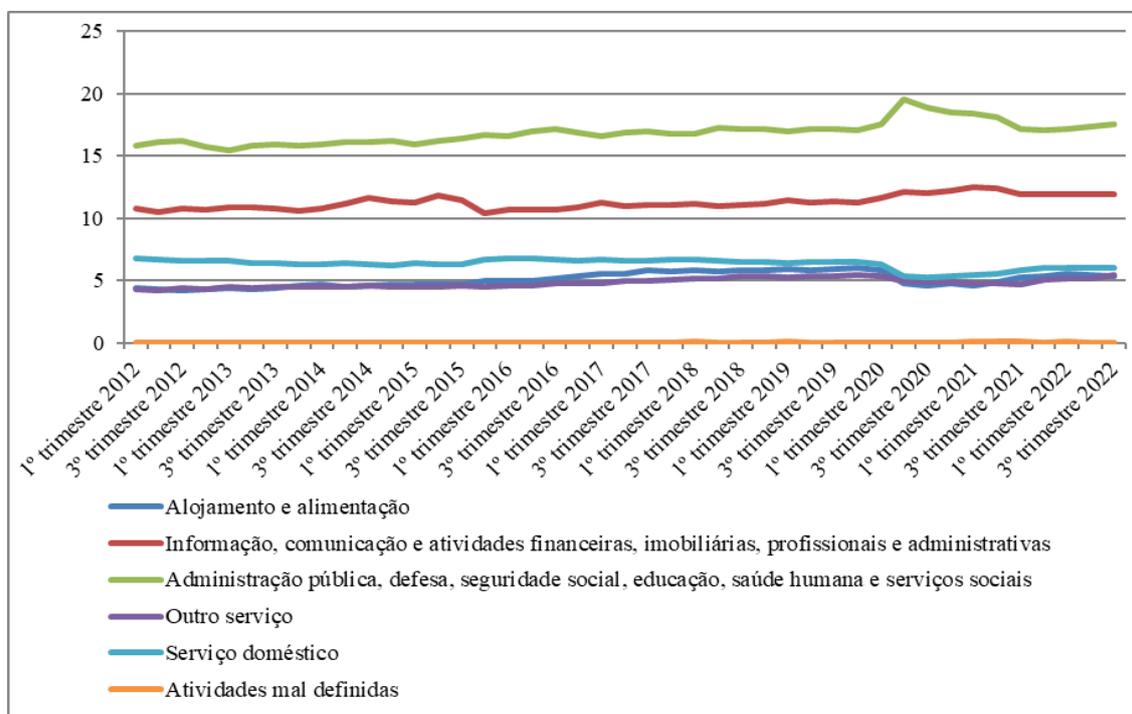
A Figura 2 analisa a condição das pessoas ocupadas de acordo com a posição na ocupação do trabalho principal. Os dados apontam que não houve mudanças significativas na proporção entre empregados, empregadores, trabalhadores por conta própria e trabalhador familiar auxiliar mesmo com a reforma trabalhista e demais políticas de geração de emprego e renda ao longo do tempo.

**Figura 3** - Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%), por agrupamento de atividades no trabalho principal no período 2012-2022



Fonte: BORGES; GALLO; DE LORENZO (2022)

**Figura 4** - Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%), por grupamento de atividades no trabalho principal no período 2012-2022



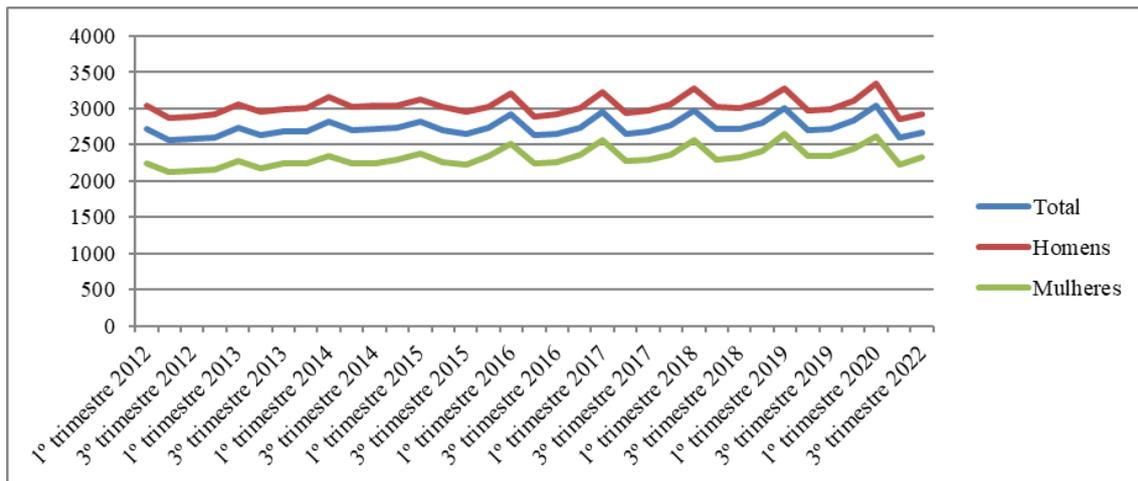
Fonte: BORGES; GALLO; DE LORENZO (2022)

Quando observamos este dado pela perspectiva da distribuição de pessoas ocupadas por grupamento de atividades (Figuras 3 e 4) notamos que o setor de indústria e indústria de transformação teve uma redução na participação do 3º trimestre de 2014 até o 1º trimestre de 2016 e se manteve estável mesmo no período da pandemia. O setor de construção, responsável por demandar alto volume de mão-de-obra, vem perdendo espaço desde o 4º trimestre de 2015. Atividades relacionadas à informação, comunicação, atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas juntamente com a Administração Pública, defesa, seguridade social, educação saúde humana e serviços sociais foram os segmentos que obtiveram aumento na distribuição dentro do período analisado. Atividades relacionadas com o serviço doméstico, alojamento e alimentação, transporte, armazenamento e correio se mantiveram estáveis.

Diante do exposto, não é possível notar nenhum deslocamento significativo na expansão do número de pessoas ocupadas nem na distribuição percentual dos grupamentos de atividades o que relativiza novamente a pouca efetividade das políticas de trabalho e renda no Brasil nos últimos anos.

Agora passaremos a observar o comportamento do rendimento médio real do trabalho principal das pessoas com 14 anos ou mais na semana de referência.

**Figura 5** - Rendimento médio real do trabalho principal, efetivamente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (Reais), por sexo, no período 2012-2022.



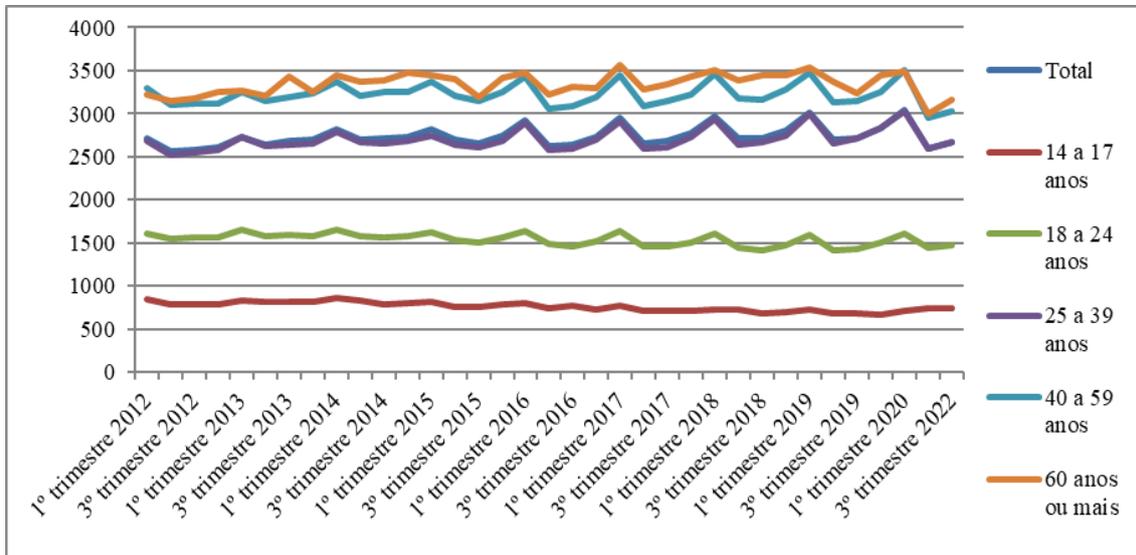
Fonte: BORGES; GALLO; DE LORENZO (2022)

Observa-se que o rendimento médio real efetivamente recebido (Figura 5) pelas mulheres, no trabalho principal, apresentou ligeiro aumento no período analisado, porém, sempre inferior em comparação aos valores recebidos pelo sexo masculino. O mundo do trabalho ainda não reconhece o valor da mulher na sociedade, enraizada por pré-conceitos e discriminação, e isso fica muito claro no retorno financeiro da atividade laborativa.

Verifica-se que, em linhas gerais, a renda efetiva do trabalhador apresentou comportamento singular no período 2012-2022. É possível notar que ocorreram aumentos, mas seguidos fortes movimentos de baixa, ambos respeitando patamares aparentemente estabelecidos, dando ao gráfico um formato de “zig-zag” contínuo.

Este comportamento nos leva a hipótese que a massa de rendimentos varia num padrão determinístico abrindo a possibilidade para novos estudos sobre o fenômeno ora apontado.

**Figura 62** - Rendimento médio real do trabalho principal, efetivamente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (Reais) no período 2012-2022

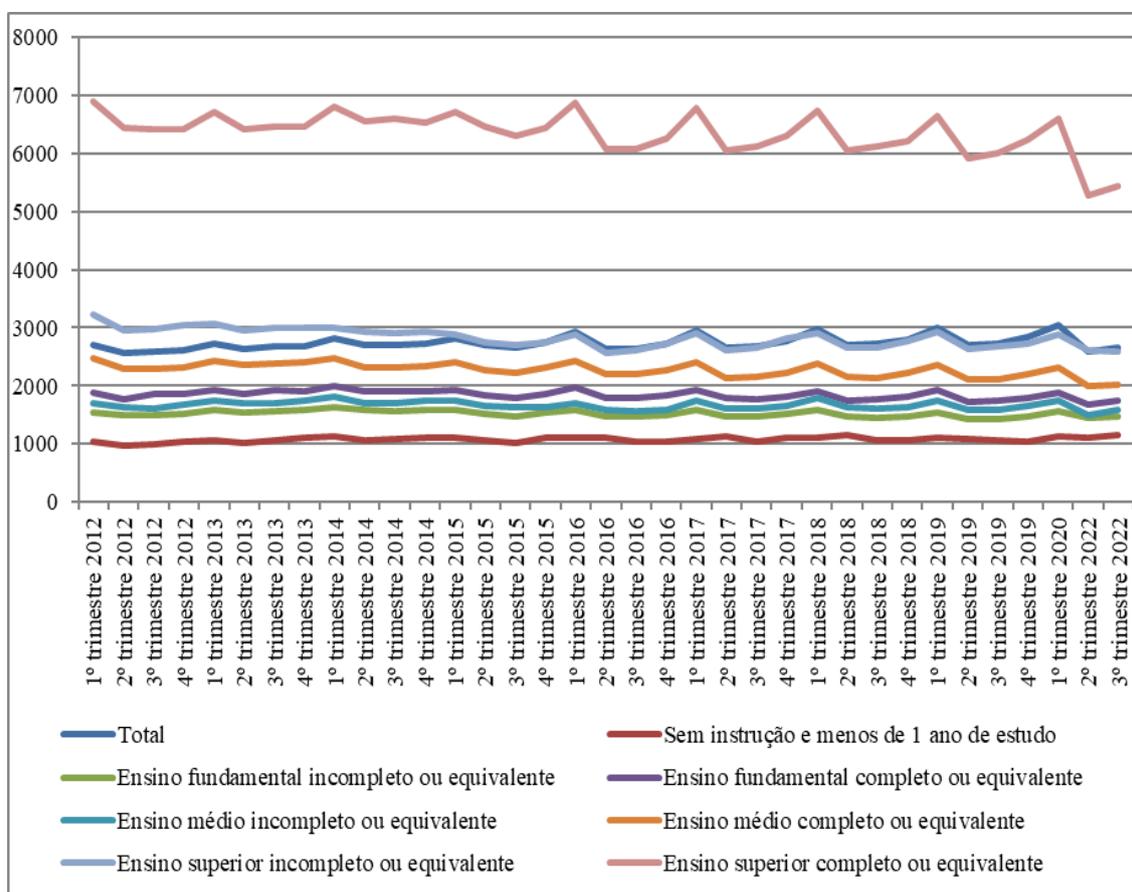


Fonte: BORGES; GALLO; DE LORENZO (2022)

Quando observamos o rendimento médio real habitualmente e efetivamente recebido pelo trabalho principal, por grupos de idade (Figura 6) identificamos que a renda média escala proporcionalmente à idade e, ao longo do período analisado, repete o padrão oscilatório de aumento seguido de baixa nos rendimentos, com movimentos mais suaves nos grupos de 14-17 e 18-24 anos e, mais intensos nas categorias entre 25 e 60 anos ou mais.

Vale destacar que o rendimento médio do grupo com 60 anos ou mais permaneceu acima do total de rendimentos por grupos de idade, registrando uma baixa mais acentuada durante o período correspondente à pandemia.

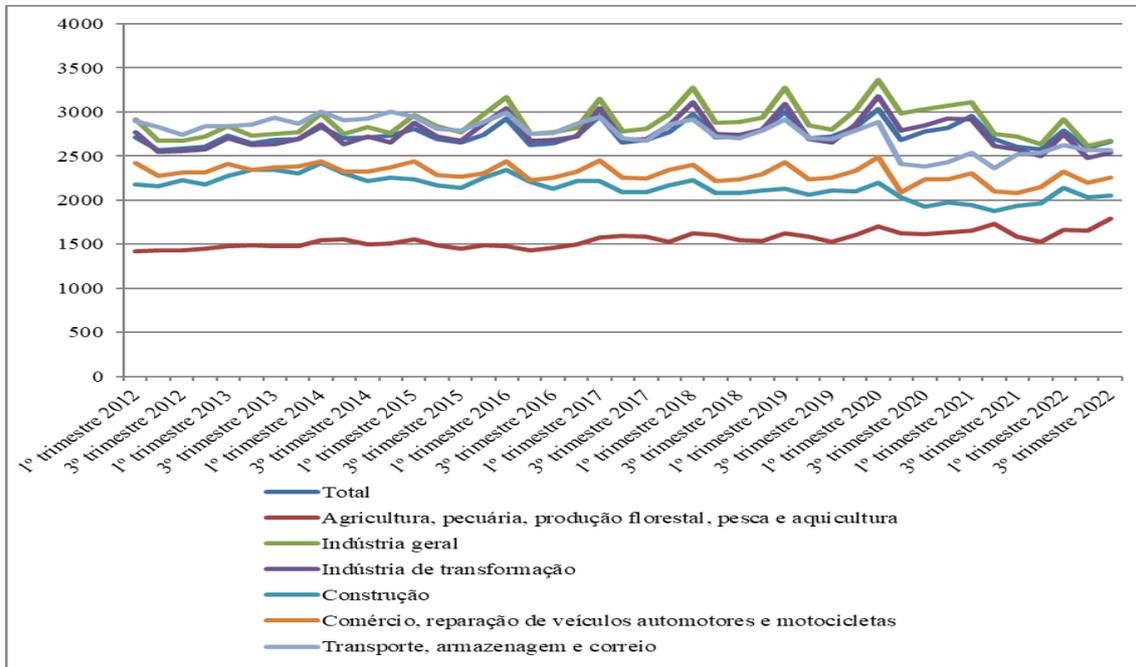
**Figura 7** - Rendimento médio real do trabalho principal, efetivamente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas no trabalho principal na semana de referência, com rendimento de trabalho (Reais) no período de 2012-2022.



Fonte: BORGES; GALLO; DE LORENZO (2022)

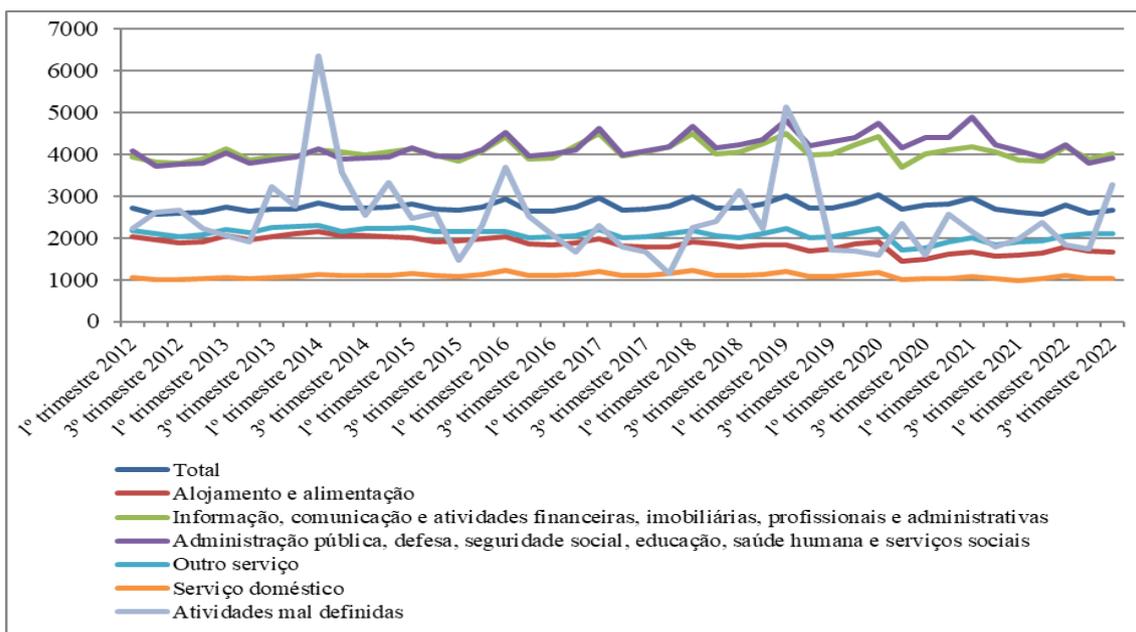
Ainda dentro da análise do rendimento médio real do trabalho principal, agora na perspectiva do nível de instrução (Figura 7) é notório que a renda se mantém estável em boa parte das categorias e o nível sobe de acordo com o aprimoramento educacional e profissional do indivíduo. O ponto mais importante destes dados se encontra na renda do trabalhador com ensino superior completo ou equivalente. Esta categoria vem sofrendo perdas de rendimento médio real, tanto habitual quanto efetivamente, desde o 1º trimestre de 2016 até os dias atuais. Mesmo com tal cenário, a renda do trabalhador mais qualificado é substancialmente maior que a maioria das outras categorias de instrução.

**Figura 8** - Rendimento médio real do trabalho principal, efetivamente recebido no mês de referência, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupamentos de atividade no trabalho principal, no período 2012-2022.



Fonte: BORGES; GALLO; DE LORENZO (2022)

**Figura 9** - Rendimento médio real do trabalho principal, efetivamente recebido no mês de referência, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupamentos de atividade no trabalho principal, no período 2012-2022.



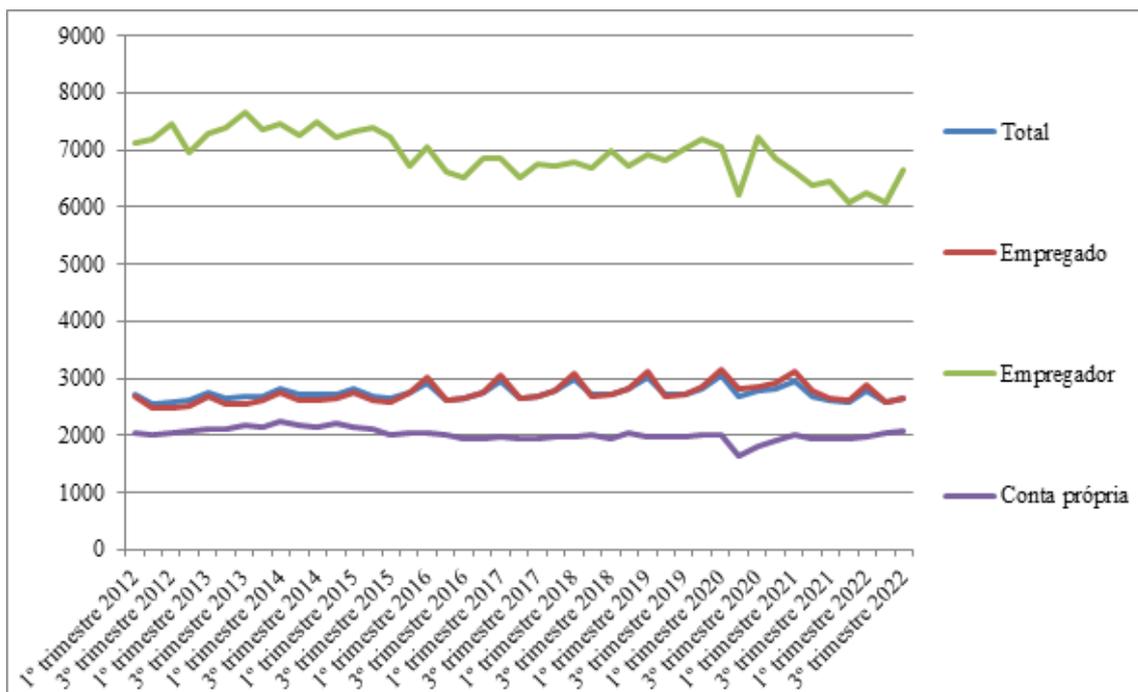
Fonte: BORGES; GALLO; DE LORENZO (2022)

As Figuras 8 e 9 mantêm a análise do rendimento médio real agora sob a ótica dos grupamentos de atividades no trabalho principal. De modo geral, a maioria os segmentos apresentaram perdas de rendimento no período estudado. Somente o grupamento da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e agricultura obteve um ligeiro aumento no rendimento. Vale ressaltar que a renda mantém o padrão oscilatório para baixo identificado anteriormente, o que reforça a falta de avanço nos ganhos pelo trabalho ao longo do tempo.

Até o momento, as análises apresentadas demonstraram que as políticas públicas voltadas ao mundo do trabalho advindas pela Lei Federal nº 13.467, de 13 de julho de 2017, não alterou positivamente a geração de renda do trabalhador.

Contudo, este fenômeno também é maléfico ao empregador como veremos a seguir.

**Figura 10** - Rendimento médio real do trabalho principal, efetivamente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal, no período 2012-2022.

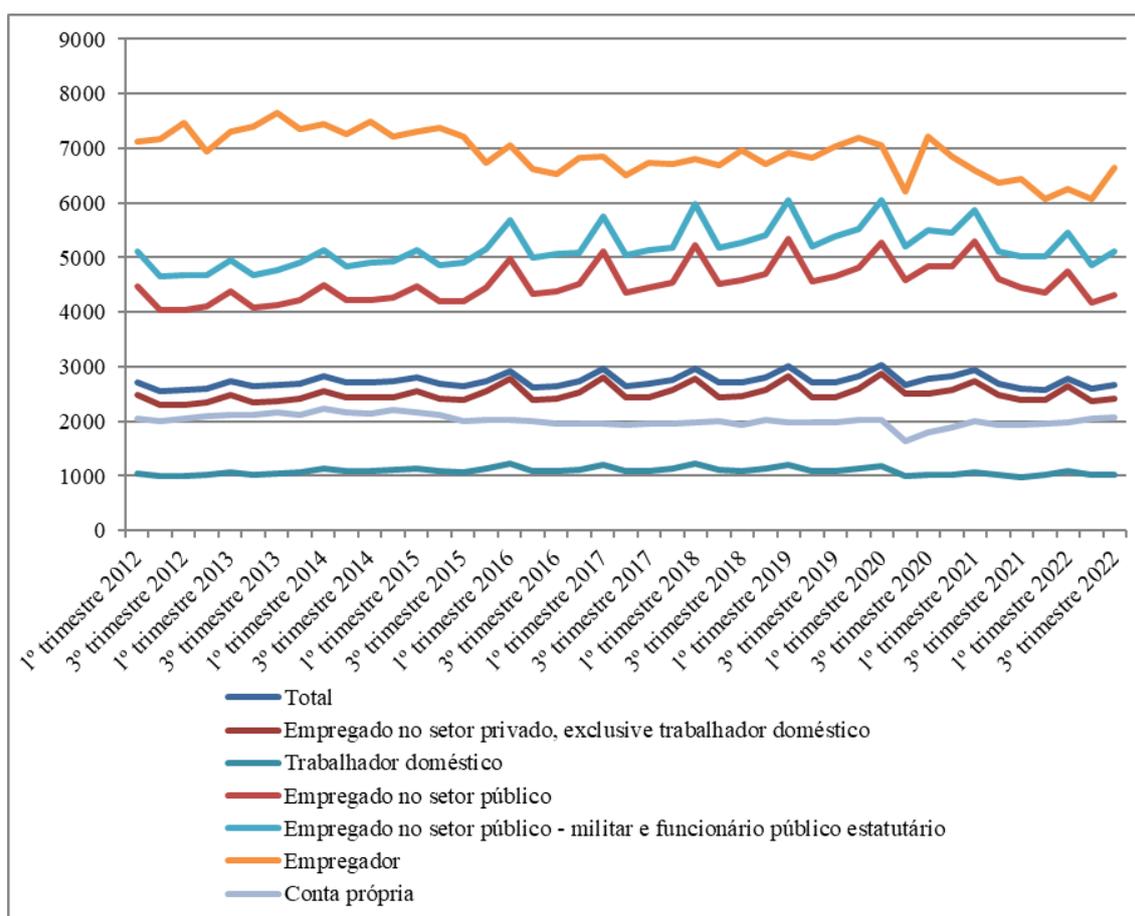


Fonte: BORGES; GALLO; DE LORENZO (2022)

A Figura 10 detalha o rendimento real médio das pessoas de 14 anos ou mais, segundo a posição na ocupação do trabalho principal. Nota-se que o rendimento do empregador está em decadência desde o 3º trimestre de 2013, tendo um pico de alta no 3º trimestre de 2020 e, voltando a cair ao menor patamar da série histórica analisada. As demais categorias também acumulam perdas, mas não tão significantes quanto a este ora estudada. Este dado deixa claro

que a perda de renda da classe trabalhadora causa efeitos proporcionais na renda do empregador.

**Figura 11** - Rendimento médio real do trabalho principal, efetivamente recebido no mês de referência, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por categoria de emprego, no período 2012-2022



Fonte: BORGES; GALLO; DE LORENZO (2022)

Quando detalhamos o rendimento médio por categoria de emprego (Figura 11), o empregado no setor privado consegue avanços no nível de renda até o ano de 2019, mas vem acumulando perdas até o final do período analisado, ao passo que as demais categorias permaneceram estáveis ao longo do período destacado.

De modo geral, os dados ora apresentados indicam que o estímulo, via políticas públicas, para geração de emprego e renda no Brasil não foram efetivos no período analisado. Os dados apontam um padrão comportamental que infere no sentido de demonstrar que a relação do trabalho e renda está formatada nos padrões econômicos atuais que conduzem à

informalidade crescente, precariedade de direitos fundamentais e perda crescente de lucros e rendimentos, tanto do empregado quanto do empregador.

## CONCLUSÕES

Os dados ora apresentados questionam as teses que defendem uma concepção de desenvolvimento nacional que perpassa pela geração de trabalho e, por consequência, a elevação da renda e do poder de compra das famílias. Se a organização do sistema produtivo regula as vagas de emprego e contrai a renda obtida pelo trabalho, ela também arrefece os ganhos da atividade empreendedora, afetando outro ponto relevante do desenvolvimento: o investimento. Desta perspectiva, é difícil imaginar que o binômio trabalho/renda estruturado nestas bases possa prover avanços no crescimento de uma nação.

Dowbor (2020), em sua obra *O Capitalismo se desloca: Novas Arquiteturas Sociais* analisa minuciosamente o processo de transformação da renda no estágio atual da sociedade. Para o autor, o sistema capitalista migrou a forma de obter seus ganhos substituindo o lucro aferido pelo processo produtivo pela renda obtida através de aplicações financeiras.

A estagnação econômica vivida nos tempos atuais se deve ao fato de que o capital, controlado por pequenos grupos, que seria reinvestido na expansão do processo produtivo, se deslocou como excedente para o patrimônio de pessoas físicas que não atuam na produção e baseiam suas estratégias na rentabilidade financeira final, ao mesmo tempo, esvaziando a concepção de expansão produtiva para aplicar mecanismos que aperfeiçoam a extração de dividendos e travando a dinâmica econômica que se fundamenta no consumo de produtos e serviços (DOWBOR, 2020).

São poucos indivíduos que conseguem obter rendimentos através de aplicações financeiras – conhecidos como “rendimentos não produtivos” ou “renta” –, à custa de uma massa enorme de trabalhadores que necessitam do trabalho para prover seu sustento. O sistema capitalista se aperfeiçoou em novas formas de apropriação para além da mais-valia oriunda dos baixos salários (DOWBOR, 2020).

O crescimento da forma imaterial do capitalismo acentua as desigualdades sociais. A mais-valia financeira, nas palavras de Dowbor (2020), permite a exploração generalizada do Estado, através da dívida pública, quanto da sociedade, criando uma classe de intermediários financeiros que manipulam o fluxo dos recursos na produção, consumo e investimento público, muitas vezes os inviabilizando em nome de seus interesses.

Este cenário nos leva a crer que as políticas de geração de trabalho e renda nos últimos anos (incluindo as reformas) não possuem impacto relevante na mudança de direcionamento da economia. De modo geral, o número de vagas de emprego disponíveis apresentou resultados

positivos, contudo, baseando-se na manipulação do mercado de trabalho através da massa de salários e flexibilização da legislação pertinente.

O Estado não possui a capacidade de intervir, *pro societate*, num contexto econômico marcado pela estrutura predominantemente rentista. Sua atuação é sorrateira e mascara o processo de transformação e concentração de renda, pois a produtividade do trabalho só aumentou na sociedade pós-industrial com a inserção de novas tecnologias que levou a migração gradativa do emprego formal para o informal, sem garantias e direitos constituídos, ao passo que o lucro obtido é direcionado ao capital financeiro à custa do trabalhador. Ter um trabalho mal remunerado só é melhor que não ter renda alguma.

E o reflexo imediato desta condição são os baixos índices de desenvolvimento na economia brasileira, que afetam a coesão do tecido social ao levar um número crescente de trabalhadores à situação de incerteza sobre o futuro. Sen (2010) afirma que a insegurança econômica é um dos principais mecanismos da privação de liberdade, pois força o indivíduo a sobreviver sem condições mínimas para realizar o mínimo do que gostariam e, por consequência, não usufruindo de seus direitos políticos e sociais em sua plenitude.

O papel fundamental do desenvolvimento é garantir a liberdade necessária para o enriquecimento da vida humana estimulando as capacidades elementares para evitar condições adversas como a fome, subnutrição e qualquer outra fonte de privação da vida e o pleno acesso aos direitos políticos e civis como integrante da sociedade (SEN, 2010).

Num contexto, onde a principal fonte de renda do indivíduo é o salário advindo do trabalho, que, hoje, é um componente de ajuste na dinâmica de produzir dividendos para uma pequena casta de rentistas que em nada contribuem ao ciclo produtivo de bens e serviços, a RBU é uma alternativa lógica para reverter a perversidade deste sistema.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da discussão ora proposta, a situação real da economia caminha no sentido da perda progressiva das condições mínimas de trabalho através da flexibilização da legislação vigente que institucionaliza a precarização e informalidade da atividade laborativa como mecanismo compensatório à sustentação e expansão do mercado financeiro.

É urgente compreender que a relação trabalho/renda se modificou e se distanciou do modelo criado no período industrial do séc. XVIII. A sociedade pós-industrial solidificou suas bases na imaterialidade do capital e utiliza os instrumentos de outrora como meio para acumulação de capital, não sendo mais capaz de garantir renda aos que dela necessitam.

Portanto, o argumento que a RBU leva ao desestímulo para o trabalho padece de veracidade, pois a atividade laborativa já não pertence à dinâmica de crescimento econômico via expansão do consumo de bens e serviços.

## REFERÊNCIAS

DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais**. Edições Sesc, 2020.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Tradução de Angela Ramalho Vianna e Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

MASI, Domenico D. **Desenvolvimento sem Trabalho**. Tradução de Eugênia Deheinzelin. São Paulo: Editora Esfera, 1999.

MASI, Domenico D. **O Futuro do Trabalho: Fadiga e Ócio na Sociedade Pós-Industrial**. Tradução de Yadir A. Figueiredo. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

RIFKIN, Jeremy. **O Fim dos Empregos: O Contínuo Crescimento do Desemprego em Todo o Mundo**. Tradução de Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2004.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora Companhia das letras, 2018.